

## UMA TRANSIÇÃO PÓS-COLONIAL?

### Aproximações do discurso do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal aos movimentos de libertação colonial

Is there an post-colonial transition? Approaches of the Armed Forces Movement (MFA) speech from Portugal to the Colonial Movements of Liberation

Pablo Almada<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 27/06/2019.

Artigo aceito em: 10/09/2019.

#### Resumo

O artigo concebe uma leitura da influência dos movimentos de libertação colonial na África no discurso político da Revolução do 25 de Abril (1974). Para isso, será problematizada a relação entre a tradição crítica revolucionária e o colonialismo, observando a novidade que se erigia, nesse âmbito, acerca da capacidade das lutas sociais em contexto colonial. O argumento principal reposiciona a participação dos agentes na derrocada do colonialismo salazarista, em termos de uma relação anticolonial dos movimentos de libertação, os quais apresentaram reflexos duais, no centro e nas ex-colônias, um elo essencial para se compreender como as dinâmicas políticas pós-coloniais foram responsáveis pela abertura democrática portuguesa.

**Palavras-Chave:** Imperialismo, Pós-Colonialismo, Salazarismo, Movimentos de Libertação Colonial, Movimento das Forças Armadas.

#### Abstract

The article conceives a reading of the influence of colonial liberation movements in Africa on the political discourse of the Portuguese Revolution of 25 April 1974. For this, the relationship between the revolutionary critical tradition and colonialism will be problematized, observing the novelty that arose in this context about the capacity of social struggles in a colonial context. The main argument repositions the participation of the agents in the collapse of the salazarism and colonialism, in terms of an anticolonial relationship of the liberation movements, which presented dual reflexes, in the metropolitan centre and in the former colonies, an essential link to understand how post-colonial political dynamics were responsible for the Portuguese democratic opening.

**Keywords:** Imperialism, Post-Colonialism, Salazarism, National Liberation Movements, Armed Forces Movement.

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7062417040047787>. E-mail: [pabloera@gmail.com](mailto:pabloera@gmail.com).

## Introdução

Este artigo procura observar a relação estabelecida pelos movimentos de libertação colonial na África e a construção do ideário político do Movimento das Forças Armadas (MFA), no contexto da queda do Estado Novo português, ocasionada pelo 25 de Abril de 1974. A polêmica da queda do Salazarismo/Marcelismo se delineou, ao longo dos escritos políticos e históricos, por um foco estrito nos “Capitães de Abril”, ou no General Antônio de Spínola, como os agentes por excelência da história do fim do salazarismo e do colonialismo. A participação do MFA, assim como irá ser aqui argumentado, esteve muito mais condicionada ao sistema colonial e à representação do colonialismo – e, conseqüentemente, à experiência das tropas portuguesas nas colônias – para a ação tática de ruptura com o regime salazarista.

Em Portugal, é perceptível que o salazarismo e o colonialismo foram duas faces da mesma moeda, gerando um apoio mútuo, principalmente, em termos econômicos, ou seja, da dependência de Portugal às suas colônias (ALMADA, 2015). No entanto, esse momento singular da história de Portugal apresenta indícios de que estariam postas algumas semelhanças do discurso do MFA e dos movimentos de libertação colonial, sobretudo, com o movimento existente na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e por Amílcar Cabral. Essas semelhanças se fundamentam no que diz respeito ao sentido da libertação colonial contra um entrave do passado, o qual tanto pode representar os mais de quarenta anos do Estado Novo quanto os primórdios do Império Colonial Português, existente desde o século XVI. Essa perspectiva dual reflete não apenas a existência de uma razão interna, a crise da economia nacional portuguesa (metrópole) que se afluava, desde o início dos anos 1960, mas, também, o contexto de baixa integração regional europeia no pós-Guerra Fria, direcionando esforços políticos e econômicos para a manutenção dos espaços geopolíticos e não homogêneos do “além-mar”. Os movimentos de trabalhadores e as várias e sucessivas greves e ocupações de fábrica,

que se deram durante e após o 25 de Abril (ROBINSON, 2002), certamente intensificaram a leitura histórica da queda de um regime nacional, muitas vezes desconsiderando o poderio colonial contido nos territórios do “além-mar”.

Os discursos de generais e tenentes que participaram do 25 de Abril e em cartas-programa do MFA, além do próprio contexto político e ideológico da época, suscitam a questão da complementaridade, ou mesmo da invisibilidade do contexto colonial e, conseqüentemente, de sua real importância nesse contexto. Por conta disso, a realização de uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências (SANTOS, 2006) é necessária, pois foi justamente a ausência da consideração desse evento histórico que trouxe, ao longo dos tempos, tensões políticas, econômicas, culturais e identitárias, confundindo-se, muitas vezes, com os espaços emergentes e imaginários do mundo pós-colonial e com a modernidade globalizante.

## **1. Imperialismo e Pós-Colonialismo(s): as duas histórias**

Do ponto de vista histórico, o contraditório desenvolvimento das forças produtivas, assim como postulado pelo marxismo, estabeleceria um processo de produção capitalista que, em sua fase mais avançada, se desenvolveria em Imperialismo. A formulação de Lênin sobre o Imperialismo se destaca por sintetizar o pensamento político marxista, conforme seu escrito “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”, definindo-o como “estágio particular do capitalismo, marcado por intensa rivalidade entre os centros do capitalismo, particularmente por haver acabado o espaço de expansão geográfica” (YOUNG, 2001, p. 111). Para tanto, em Lênin, o “imperialismo está indissolúvelmente ligado ao capitalismo na sua forma atual e, por isso, a luta direta contra o imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos” (LENIN, 1917, p. 53).

Essa conceituação pressupõe que o imperialismo seria praticamente “necessário” e inevitável para o desenvolvimento do capitalismo, figurando como o

principal gerador de dependência entre os Estados. A resultante é a expansão do poder de conquista, o principal poder ideológico do imperialismo, o qual exerce uma influência política e econômica em termos de uma dominação presente em instituições e ideologias. Nesse caso, o imperialismo pode ser visto de modo diferente ao modelo leninista, porque a dimensão do poder pressupõe um “exercício” do próprio poder através de um aparelho institucional monolítico, direcionado para o poder político global e para as várias relações resultantes:

Imperialismo foi sempre um produto de, e sempre endereçado para, poderes políticos globais: o aumento da rivalidade e militarização dos principais poderes coloniais europeus, juntos com a tardia entrada dos Estados Unidos, Alemanha e Japão como poderes imperiais; uma percepção elevada de que a identidade do Estado-nação era uma forma substancial ligada a sua grande identidade imperial, se somente como um significado de asfixia da dissidência doméstica e pressionada para reformas sociais; um grande requerimento para operar a administração sistemática das colônias como um fornecedor de manufaturas industriais e como a recurso de matérias-primas; uma nova tendência para os próprios governantes apropriar das colônias somente em caso de eles poderem ser úteis mais tarde, enquanto isso, evitaria que qualquer outro poder as adquirissem; tudo justificado pela tradução do zelo missionário do Cristianismo na missão de submeter o resto do mundo a modernidade da civilização ocidental, convenientemente colocando todas as nações ao alcance da modernidade do capitalismo ocidental em processo. Todos esses fatores contribuem para uma sistematização da estrutura colonial na ideologia dominante do imperialismo (YOUNG, 2001, p. 28).

Dessa forma, o imperialismo é compreendido através de uma gama de fatores, não havendo uma determinação simples para a sistematização da estrutura colonial e para o poder ideológico dominante do imperialismo. É nesse sentido que o imperialismo pressupõe a dominação através de um modelo, o modelo colonial, que congrega fatores econômicos, políticos, culturais. Se Marx e Engels entendiam a expansão europeia como uma relação direta do desenvolvimento, parece haver uma inevitabilidade nesse processo, pouco diferenciando a situação especial em que o poder metropolitano subjuga a colônia. Conforme esse processo serviria para uma acumulação da burguesia metropolitana que explora a colônia, é latente a própria condição do colonialismo, ou seja, o modo pelo qual ele opera e participa das condições gerais do capitalismo, condição histórica para que a burguesia acumule primitivamente o capital, base para sua posterior revolução do sistema econômico e

social do feudalismo. Por essa razão, o colonialismo não se tratou de um processo diferente do desenvolvimento da economia industrial e mundial.

Outrossim, deve-se atentar para um evidente reducionismo da história humana à história do capitalismo, ou da economia industrial, ou da modernidade europeia, e sua proposta civilizatória edificada sobre o trabalho. Como foi elucidado por E. P. Thompson, os trabalhadores do capitalismo avançado não teriam outra opção do que romper com os hábitos pré-capitalistas e internalizar a disciplina do trabalho, pois o capitalismo encontraria a diferença histórica como algo externo à sua própria estrutura (CHAKRABARTY, 2000). Por haver diferenças conjunturais e dispostas nas relações de poder, o totalitarismo presente no capitalismo se manteria mesmo que de modo internamente diferenciado: por um lado, do ponto de vista dos Estados-nações, por outro, do ponto de vista das metrópoles para com as colônias e, ainda, internamente às colônias. A aparência de homogeneidade de uma unidade comum, que mensurava a exploração da atividade humana e a realização do capital, edifica a base do pensamento moderno, operando um ocultamento da pluralidade histórica existente no mundo, ao atribuir a característica englobante do capitalismo às formações ditas pré-capitalistas (MARX, 2011). Foi através do historicismo, o qual habilitou a dominação europeia no século XIX, que o capitalismo moderno, originário na Inglaterra, espalhou-se pelo mundo:

O historicismo é o que fez a modernidade, ou o capitalismo olharem não apenas globalmente, mas como algo que se tornou global ao longo do tempo, de origem em outro lugar (Europa) e, em seguida, espalhando-se para fora de lá. Esta estrutura do tempo histórico global, do “primeiro na Europa, depois, em outro lugar”, foi historicista; diferentes nacionalismos não ocidentais poderiam, mais tarde, produzir versões locais das mesmas narrativas, substituindo a Europa por algum outro centro localmente construído. Este foi o historicismo que permitiu Marx dizer que o “país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra, para os menos desenvolvidos, a imagem de seu próprio futuro” (CHAKRABARTY, 2000, p. 7).

O problema colonial evidencia-se na base da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo, que criaria maiores desigualdades na relação *capital-trabalho*. Evidentemente, a visão de que o capitalismo se desenvolveria primeiro na Europa e depois em outros lugares é fundamental para

a construção de uma narrativa histórica, baseada na estrutura dominante do capitalismo e tendo como centro o conceito de Europa, como o primeiro lugar do capitalismo, da modernidade e do Iluminismo. O historicismo estabeleceria, para o mundo não ocidental, a ideia do “ainda-não”: ainda não civilizado, ainda não capitalista, ainda não desenvolvido, ainda não racional, entre outros, o que evidenciaria a necessidade da espera na aquisição da consciência histórica e espírito público: “Esta espera foi a realização ‘ainda-não’ do historicismo” (CHAKRABARTY, 2000, p. 8). Entretanto, se olharmos para o mundo não ocidental, nomeadamente, África e Ásia, é possível afirmar que, nos anos 1960, os movimentos de libertação colonial não refletiam o “ainda-não”, mas o “agora”, marcando os movimentos populares para democracia. O argumento do “ainda-não” seria o mesmo argumento presente no discurso colonial, afirmando a necessidade de um período de preparação e espera desses povos antes de haver um reconhecimento da política moderna, afirmando o despreparo de outros povos para a construção de sua via emancipatória.

Entretanto, o problema estaria na capacidade de uma generalização racional do Homem, tomando como base o modelo humano da Modernidade Iluminista, universalizado, por princípio, através do seu desenvolvimento imanente. Mesmo numa vertente crítica como o marxismo, esse parece ser um problema incólume da própria condição de crítica “metropolitana” ao capitalismo, pois “a ideia de Marx sobre o trabalho abstrato, fundamental na compreensão crítica do capitalismo contemporâneo, explica como o modo de produção capitalista conseguiu extrair das pessoas e da história, que foram diferentes, uma homogeneidade e unidade comum para mensurar a atividade humana” (CHAKRABARTY, 2000, p. 50).

A homogeneidade afirmada pela teoria marxista constitui-se vacilante, generalizando do homem através de sua relação com a natureza, conforme estabelece que a atividade laboral é o fundamento da existência do homem. Por outro lado, a concepção de História estabelece o “ser”, a lógica estrutural do capital e, por outro lado, o “devenir”, referindo-se a um processo histórico de realização da lógica do capital. Nesse sentido, podemos observar que as “classe-para-si” já

estariam inseridas na lógica estrutural do capital e que as classes “em-si”, como os camponeses, fariam parte do desenvolvimento ainda latente do capitalismo, não sendo ainda classes capitalistas, mas pré-capitalistas.

Assim, haveria uma “História 1” sobreposta à “História 2”, sendo que a segunda não poderia ser concebida separada do capital. O trabalho abstrato seria um pressuposto que somente poderia ser generalizado dentro do contexto da História 1, ou seja, “um passado posicionado pelo próprio capital como pré-condição” (CHAKRABARTY, 2000, p. 64). Da mesma forma, considerar a História 2 como subjacente à história do capital, como a história do dinheiro e da mercadoria, elementos que também estariam contidos na História 1, cria uma significativa insuficiência. No entanto, a “História 2” não foi suficientemente evidenciada pela tradição marxista ou mesmo foi considerada independente da “colonização” da História 1 e das relações de produção capitalista da qual esta está inscrita:

História 2 não especifica um programa de histórias escritas que são alternativas para as narrativas da capital. Ou seja, a História 2 não constitui um Outro dialético da lógica necessária da História 1. Pensar assim seria subsumir a História 2 à História 1. A História 2 é melhor pensada como uma categoria carregada com a função de interromper constantemente os impulsos totalizadores da História 1. (CHAKRABARTY, 2000, p. 66).

O que fica evidente é que a subsunção da “História 2” à “História 1” negou experiências históricas construídas diferentemente das narrativas que totalizam a humanidade e que funcionam como macronarrativas do capitalismo. Nesse caso, o que se pode observar são as influências da História 2 na História 1, evitando a ocorrência de uma unilateralidade do desenvolvimento histórico, o que conduziu ao apagamento e subalternização das outras formas e processos históricos não inscritos no processo histórico dominante. A História 2 se apresenta no sentido de referir-se à “perda de centralidade cultural e política da Europa no sistema mundial moderno e a conseqüente crise dos valores e instituições que a Europa difundiu como universais” (SANTOS, 2006, p. 36), sem convertê-la a uma unidade monolítica contraposta ao funcionamento das sociedades não ocidentais.

No que concerne à presente análise, a consequência da “História 1” ao subalternizar a “História 2” ainda se apresenta na concepção usual de Imperialismo, ignorando o colonialismo como fundamento da relação imperial. Essa mesma concepção de imperialismo dentro da “História 1” foi conceituada por Lenin, e esteve vinculada ao discurso de Che Guevara na Tricontinental, mas, por outro lado, influenciou diretamente a “História 2”, por meio dos discursos de libertação colonial na África. O retorno e o reencontro podem ser variados em determinados contextos e Estados e, nesse caso, aqui será analisada a faceta presente no discurso do MFA de Portugal para a derrocada do Estado Novo.

## **2. Os movimentos de libertação colonial e o caso do colonialismo português**

A construção da representação e a influência dos movimentos de libertação colonial se deram, majoritariamente, por dois fatores: primeiramente, através do fracasso de Che em estabelecer, no Congo em 1965, a luta revolucionária aos mesmos moldes da que tivera sucesso em Cuba; segundo, pela influência na criação de movimentos de libertação colonial em várias partes do continente africano. O método da guerrilha que fora vitorioso em Cuba, na derrocada do regime de Fulgêncio Baptista, então apoiado pelos Estados Unidos, acabou por ser “importado” para a África, com o objetivo de estabelecer lutas revolucionárias anti-imperiais pelo mundo. A “opção pelas armas” e pelo surgimento de “um, dois, três, muitos Vietnã” foram elementos que constituíram uma significativa representação da ética revolucionária dos anos 1960. O pretensioso recrutamento de Che Guevara no Congo, a mando de Fidel Castro, configurou a expansão da guerrilha e o fortalecimento das lutas anticoloniais na África, contando com o intuito de Che em “consolidar” e “preservar” o núcleo revolucionário organizado por Patrice Lumumba e fortalecer a guerrilha já vigente, mas com o fundamento de expandi-la em direção à capital Kinshasa (simbolicamente, o coração do Congo e do continente Africano), aproveitando-se do aspecto das nove fronteiras congoleesas, que facilitaria a chegada em outros países. Sua missão estaria na formação de quadros

revolucionários, fornecer armas, logística e treinos aos congolezes, nos mesmos moldes do ocorrido anos antes em Cuba, focando sua ação na solidariedade e na busca do internacionalismo, propondo uma via que *forjaria um espaço completamente independente*.

As práticas da via-revolucionária da época, simbolizadas e personificadas em Che Guevara, revelariam um problema na concepção marxista ocidental. Do ponto de vista político, a tese enunciada pelo Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, seguida a cabo pelas várias Internacionais Comunistas, refletiam que a união dos trabalhadores de todo o mundo era limitada aos contextos de capitalismo desenvolvido, ou seja, da Europa. A situação pós-colonial impulsiona uma “cisão no movimento comunista mundial”, evidenciando a incompatibilidade dos enunciados de Marx, “nomeadamente sobre o colonialismo britânico na Índia” (SANTOS, 1994, p. 28). Apesar dessa cisão, a via “guevarista” buscou assimilar a luta cotidiana, em oposição à burocratização e ao imperialismo stalinista da URSS. O internacionalismo de Che presumia que um país alheio poderia ajudar o outro sem interesses: uma ideia “macro” que desconsiderava as práticas e as dinâmicas do “local”, argumentando que a ideia geral de independência ao imperialismo prevalece sobre os interesses locais.

Embora a posição de Che Guevara continue sendo a mesma, foi na primeira Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OLAS), em Havana (1966), também conhecida como Tricontinental, que se abriram as portas para a construção da união das várias lutas sociais dos três continentes do Sul contra o imperialismo. Em sua *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontinental* (1967), Che evidenciou os vários tipos de imperialismos incidentes sobre os continentes asiático, africano e latino-americano presentes naquele período e as lutas armadas de resistências dos povos locais, observando-os como um efeito daquilo que Lenin identificou como “etapa superior do capitalismo”.

O caso das colônias portuguesas, para Che, seria emblemático, pois haveria uma intensidade nas lutas e sucessos por parte principalmente da Guiné-Bissau, mas

também em Moçambique e Angola. No entanto, Che é um tanto descrente quanto a uma situação revolucionária continental – apesar do potencial de libertação frente ao colonialismo português – pois essas lutas ainda lhe pareciam pouco significativas na ótica imperialista global, o que lhe faz valorizar apenas as lutas revolucionárias que colocassem em xeque todo o aparato imperialista. Em termos táticos, a criação generalizada da guerrilha e da resistência nos três continentes seria uma necessidade para a ruptura com o imperialismo e a criação de um exército proletário internacional, intransigente quanto ao objetivo estratégico de “destruição total do imperialismo através da luta”. Como dito por Che:

Sintetizamos assim as nossas aspirações de vitória: destruição do imperialismo mediante a eliminação do seu baluarte mais forte: o domínio imperialista dos Estados Unidos. Tomar como função tática a libertação gradual dos povos, um a um ou por grupos, levando o inimigo a uma luta difícil fora do seu terreno: liquidando-lhe as suas bases de sustentação, que são seus territórios dependentes (GUEVARA, 1997, p. 373).

Nesse sentido, Che Guevara apostava em um foco único contra o imperialismo, centrado sobre a influência norte-americana, acabando por ignorar que os resquícios de dominação colonial que ainda se apresentavam na Ásia e na África eram espaços que permitiam pluralizar as lutas contra o colonialismo português, francês e inglês. Nos anos seguintes, foram justamente nesses territórios onde se vivenciou o “aquecimento” da Guerra Fria e a composição de estratégias de dominação e disputa entre EUA e URSS, resultando em guerras civis, como o caso da Guerra Civil Angolana, iniciada em 1975 após a independência de Angola. Em termos do ideário político e ideológico, a importância da Tricontinental foi mitigada politicamente pelas tradições de esquerda, como pelo marxismo ocidental (incluindo o Latino-americano), tornando-se fundamental no desenvolvimento dos movimentos de libertação colonial na África e das lutas sociais contra o imperialismo. O anticolonialismo impulsionado pela Tricontinental teria como resultado:

Uma produção diaspórica, uma mistura revolucionária de indígenas e cosmopolitas, de saberes situados localmente, combinado com princípios universais de política, construídos através de redes internacionais de

organizações partidárias, contatos entre organizações revolucionárias diferentes e contatos pessoais entre ativistas, gerando práticas informacionais comuns com influências políticas e intelectuais (YOUNG, 2003, p. 7).

O foco internacionalista do movimento anticolonial construiu configurações de resistência, uma ampla produção de formas de conhecimento, novas epistemologias e novas formas materiais de resistência. Esse internacionalismo se contrapôs ao internacionalismo da exportação e transposição “mecanicista” do modelo da guerrilha guevarista. Pretendeu-se algo próximo de uma solidariedade internacional entre os três continentes contra o imperialismo e contra a manutenção do colonialismo. Entretanto, assim como Lênin, Che Guevara considera a luta contra o imperialismo o principal foco de combate, algo que era estranho para os movimentos anticoloniais, justamente por conter uma generalização pouco palpável aos contextos coloniais específicos. Isso significa que apesar da mesma experiência histórica, havia diferenciações interiores que rompem com a “unidade de análise continental”, reconhecendo as especificidades do contexto africano (SANTOS, 2003).

As várias influências globais que estiveram presentes no imaginário cultural dos anos 1960, como, por exemplo, as lutas operárias e estudantis da Europa e dos Estados Unidos, operaram a subalternização das experiências de outros continentes e, conseqüentemente, as várias vertentes de socialismo emergentes, como o socialismo africano em suas várias formas. A iconoclastia de Che Guevara, através do sucesso da Revolução Cubana se constituiu em um dos principais referenciais de vanguarda e de prática revolucionária individual, ocasionando a mistificação do “indivíduo-revolução” ou do “single greatest hero”, ao assumir uma significação, para o Terceiro Mundo, maior do que a representação dos estudantes e dos operários do Primeiro Mundo (MARWICK, 1998), e que se coloca à margem das representações do socialismo soviético. Portanto, em se tratando da construção de uma imagem divergente, faz-se necessário explorar também alguns de seus sentidos, voltando-se ao caso português.

Diferentemente do colonialismo britânico, o colonialismo português definitivamente não se constituiu como um sólido modelo ou paradigma para o

colonialismo, configurando-se como um “desvio em relação a uma norma geral” (SANTOS, 2006, p. 214). Foi no chamado neocolonialismo na África que a relação de colonialismo português como subalterno fica mais evidente através de uma revisão desse modelo. Primeiro, porque Portugal fazia parte da semiperiferia do sistema-mundo, uma posição intermediária que faz com que não se assuma como um Estado Moderno Liberal, mas um Estado Híbrido, criando “colônias incertas de um colonialismo certo” (SANTOS, 2006, p. 214). O colonialismo português configurou-se então com práticas de subjugação à Inglaterra, no sentido colonial e capitalista, criando um excesso de colonialismo e *déficit* de capitalismo, em contraposição ao equilíbrio entre capitalismo e colonialismo por parte dos ingleses. Nos anos 1960 e 1970, o Estado Novo Português entrou num período de “bloqueio ideológico”, com a base material do colonialismo mantida pelo discurso político de isolamento salazarista, operando uma resistência quanto a expansão do grande capital e dificultando a integração de Portugal ao capitalismo europeu. Isto posto, a resolução do problema colonial estaria a par da derrubada do salazarismo, o que oferece um quadro positivo aos movimento de libertação colonial, já que o problema colonial poderia ser descrito como um problema do regime salazarista (SANTOS, 1990).

### **3. O MFA e o 25 de Abril: uma ruptura pós-colonial?**

De modo geral, o problema colonial português estaria relacionado com o corporativismo do Estado Novo, em que a maior autonomia das colônias e o bloqueio ideológico se fundamentam na sobrevivência do regime. Consequentemente, a guerra colonial que se estendia, desde o início dos anos 1960, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique. O Movimento das Forças Armadas (MFA), por sua vez, era formado por capitães e soldados de baixa patente que estavam lutando na guerra colonial, cuja principal condição fazia-se na combinação do desenraizamento do espaço de origem e do protagonismo de guerra contra aqueles que também eram nacionais de Portugal.

Nota-se que tanto a formação dos movimentos de libertação colonial na África como o MFA têm uma semelhança fundamental: o combate ao regime salazarista e colonialista, embora em contextos diferentes, o que leva à dissensão quanto ao Estado Novo e seu apoio incondicional ao colonialismo como forma de sua própria sobrevivência. Nesse sentido, o MFA não poderia ter operado no 25 de Abril apenas uma “autocorreção revolucionária” (CANOTILHO, 1999), com referência ao Estado (metropolitano) e a seu Direito Constitucional, mas a questão colonial se configurou como intrínseca e inseparável da questão econômica e do seu subdesenvolvimento, presente nos discursos do MFA naquele momento revolucionário. De outro modo, o hibridismo do Estado português se constitui principalmente pela sua condição dúbia quanto ao colonialismo e do pouco desenvolvimento capitalista no meio europeu:

Portugal era o centro em relação às suas colónias e a periferia em relação à Inglaterra (...) Pode-se dizer que durante muito tempo foi um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em 25 de Abril de 1974 Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e ao mesmo tempo o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu (SANTOS, 1994, p. 58).

O MFA, movimento dos “capitães” e jovens do baixo escalão das Forças Armadas portuguesas que retornavam da guerra colonial, principalmente da Guiné-Bissau, buscava se afirmar como um “Movimento de Libertação do Povo Português”, construindo o discurso da “descolonização interna”, almejando a construção de uma sociedade socialista e de face pluralista, “como objetivo final a atingir (...) que o Povo Português participasse activamente na sua própria Revolução” (MFA, 1975, p. 1). No entanto, esse mesmo discurso colocado em prática pelo MFA incorporava alguns termos de uma linguagem que seria proveniente dos movimentos de libertação colonial na África, como “libertação”, “descolonização” e a construção de uma “sociedade socialista”, os quais soam estranhos no mesmo período na Europa, em que a base almejada do socialismo por parte dos vários Partidos Comunistas europeus era, majoritariamente, o socialismo “oficial” da União Soviética - ainda que esse modelo já mostrasse as suas fraquezas e

limitações em sua representação do regime político stalinista, amplamente criticado pelos estudantes checos na “Primavera de Praga” de 1968.

O Partido Comunista Português, muito influenciado pelo Maio de 1968 dos estudantes franceses, revitalizou sua percepção da Guerra Colonial, apoiando os movimentos independentistas e defendendo a ideia de que “a emancipação dos povos coloniais e a luta do povo português pela liberdade, possuindo um inimigo comum – o governo anti-democrático e colonialista – se encontravam estreitamente associadas” (BEBIANO, 2002, p. 298). Embora o PCP tenha associado ideologicamente a luta contra o Estado Novo e o colonialismo, essa luta não seria prioritária para a esquerda comunista e sua condição de clandestinidade impediu a condução do movimento da classe trabalhadora. Naquele momento, além da ideologia salazarista impor “comportamentos conformistas e disciplinados” à classe trabalhadora (ESTANQUE, 2000, p. 48), “nem partidos nem sindicatos podiam ter impacto alargado na vida política e social”, ocorrendo a emergência de “velhos – novos” movimentos sociais apenas no período posterior ao 25 de Abril (SANTOS, 1994, p. 229). Dito isso, o foco para se compreender o 25 de Abril e a emergência do MFA parece não estar no Portugal continental, mas, sim, em suas colônias, pois é esse o *locus* de resistência anticolonial, a mesma referida pelo MFA em vários momentos.

Recorrendo ao discurso de alguns generais e tenentes que participaram do 25 de Abril, observamos que houve uma aproximação da situação de libertação colonial com a tarefa a ser realizada em Portugal, apresentando uma marca dos ocorridos na Guiné-Bissau. Como afirma o Tenente J. Sales Golias:

Marcello Caetano pôs termo a estes contatos e respondeu com a conhecida frase “Prefiro um desastre militar na Guiné a negociar seja com quem for”. Estavam lançadas as sementes da contestação à guerra colonial na Guiné-Bissau. E, quando o General Spínola deixa a Guiné, em 6 de Agosto de 1973, já havia Capitães a conspirar e, a 18 desse mês, deram início às primeiras reuniões organizadas do Movimento dos Capitães (MOCAP). Foi numa dessas reuniões que eu afirmei que a guerra colonial e o regime ditatorial em Portugal só se resolviam com uma revolução armada. E este momento foi determinante, pois estavam presentes alguns dos principais actores do 25 de Abril. O próprio Otelio considera este momento como o mais emocionante na preparação do 25 de Abril (GOLIAS, 2005).

Em outro excerto:

Nos meses seguintes iniciámos um processo de esclarecimento e politização para o qual muito contribuíram os “Textos Políticos” de Amílcar Cabral. Ninguém ficava indiferente a afirmações como: “Os nossos povos fazem a distinção entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal: não lutamos contra o povo português...nós lutamos contra o colonialismo português.” Ou esta extraordinária afirmação: “E que ninguém se espante se ousamos afirmar que não nos sentimos orgulhosos pelo facto de em cada dia...sucumbir ingloriosamente grande número de jovens portugueses sob o fogo dos nossos combatentes. (GOLIAS, 2005).

Desses excertos se verifica uma influência não apenas em termos das ideias políticas, mas também quanto ao contexto político e da iminência da derrota portuguesa na Guiné-Bissau. Neste caso, a decisão de seguir pela “luta armada” era uma percepção proveniente das propostas políticas da guerrilha do PAIGC, além de ser parte do dilema que se abateria sobre a esquerda não aliada aos soviéticos, constituindo-se uma estratégia política quanto aos dissensos políticos da manutenção do Salazarismo em Portugal e a política colonial. O movimento de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, liderados por Amílcar Cabral e pelo PAIGC, acabam por se constituir em um vigoroso exemplo para Portugal, afirmando uma constante luta contra o colonialismo e trazendo, conseqüentemente, a politização para os meios militares portugueses. Quanto a essa influência, evidencia o Coronel Manuel Duran Clemente:

Efetivamente na Guiné viviam-se tempos favoráveis à reflexão e ao debate. De forma mais aberta ou mais reservada a contestação convivía com a humidade e o calor tropicais. Seria injusto não reconhecer a quota-parte que se deve à personalidade do General Spínola na criação desse ambiente. As circunstâncias fizeram o resto; tornaram a colónia da Guiné um laboratório de experiências e de vivências particulares. Muito pelo seu clima, muito pelo seu tamanho, muito pelo abandono do colonizador e bastante pela forma de actuação do PAIGC e do seu líder Amílcar Cabral (CLEMENTE, 2005).

Esse “laboratório de experiências e vivências” de muitos dos capitães e das tropas portuguesas nos territórios coloniais se constituiu como marco para a viragem da situação política em Portugal. Mas no que constituiria essa influência para que houvesse tal incorporação ou semelhança discursiva, por parte do MFA e

dos movimentos de libertação colonial nesse momento? Como se deu essa aproximação? E, no caso dos movimentos de libertação colonial, como que culturas e identidades subalternizadas pelo colonialismo tiveram a “capacidade”, negada pelo discurso colonial de construir tão poderoso discurso, já que eram consideradas “culturas inferiores”, ou mesmo, “povos sem história” ou “sociedades frias”?

O discurso colonial, que apresentava o “colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p. 111), parece encontrar uma contrapartida que se pauta tanto na construção de uma comunidade imaginária nacional (apesar das várias pluralidades comunitárias internas), como elucidou Benedict Anderson, quanto por um marxismo construído como “arma e ideia exemplar”, que iria para além do “colonialismo encarnado e ordenado em nome do capital” (MUDIMBE, 1994, p. 42). Nesse sentido, Amílcar Cabral descreve qual seria a luta concreta que os guineenses encaravam perante o colonialismo português e a criação da ideia de nação:

Tivemos dificuldade em criar no nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que cimenta esta consciência nacional. Mas em geral, qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam, é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação que deve lutar contra a dominação portuguesa, porque nós não recorreremos a frases feitas, nem a luta contra o colonialismo, contra o imperialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É isso a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade, com a sua personalidade própria. Foram estas as razões que arrastaram o nosso povo (CABRAL, 1974, p. 21).

Considerando essa questão, observamos que o anti-colonialismo africano defendido por Cabral pauta-se na incompleta invenção do estereótipo que concebe ambivalências e disjunções e espaços para manobras e contestação das relações hegemônicas, no sentido de que “a resistência pós-colonial reside sobretudo na descolonização da imaginação imperial” (SANTOS, 2006, p. 221). Nesse sentido, as colônias são forçadas a adotar uma “forma nacional”, hostis às culturas, para lutar contra o nacionalismo hegemônico, criando, a seguir, um dilema em que a história de libertação e o progresso conduziria a regimes opressivos e irracionais. Mudimbe

(1994), em crítica aos marxistas africanos, afirma que eles ignoraram suas próprias raízes epistemológicas e assim apagaram os paradoxos de seu próprio discurso e prática, mas, notavelmente, aparecendo como “inspiração para renovação do continente”. Por outro lado, ainda que o Pan-Africanismo possa se ter constituído como uma opção válida e viável para a África, nos anos 1950, esse mesmo seria construído a partir de uma visão racial e unitária da África.

Nesse sentido, desconsiderando as especificidades locais, se poderia concluir que a África é uma invenção da Europa e as culturas locais africanas diferem substancialmente, em seu interior, de outros continentes – não podendo esquecer que a associação com *négritude* significaria uma condenação ao essencialismo (YOUNG, 2001). No caso, a ideia de África ou o Africanismo, assim como construído pela Antropologia, “foram pegos entre demandas muito concretas para a libertação política do continente, a designação de sua cientificidade própria e seus fundamentos filosóficos”, o que significaria a criação de um corpo de discursos “da” e “sobre a” África (MUDIMBE, 1994, p. 38-9). Através dessa concepção, se revelaria o choque de alteridade em que o Ocidente passara desde o início da expansão marítima e o início do colonialismo na África, compondo-o com elementos escatológicos e positivistas como indissociáveis dessa ideia.

## **Conclusão**

Os movimentos de libertação colonial na África lusófona, além de sua evidente importância na configuração do poder anticolonial também influenciaram a construção do fim do Estado Novo português. Diante desse contexto, o princípio do “ativismo” refletiu-se através dos conflitos coloniais (e as consequentes derrotas das tropas portuguesas em África), em que Portugal deveria apoiar os movimentos de libertação e garantir, com isso, o fim do regime ditatorial. Percebemos, então, que o discurso de definição do MFA como um movimento de libertação, almejando a descolonização interna, é uma apropriação (quase que direta) dos discursos dos movimentos de libertação colonial da África lusófona, transpondo para a realidade

de Portugal (continental) aquilo que era, majoritariamente, um discurso de libertação das ex-colônias contra o colonialismo exercido por Portugal: as forças armadas portuguesas, as mesmas que lutam na África contra os movimentos de libertação colonial, incorporam esse discurso para o 25 de Abril, transformando-o no ideário político revolucionário.

Não obstante, observamos uma situação, no mínimo, inusitada: tanto os discursos de Che Guevara como o de Amílcar Cabral e o do MFA têm um eixo fundamental - a construção do anti-imperialismo, anticolonialismo e do socialismo (e, nesse caso, poderíamos agregar o discurso do marxismo ocidental, da Revolução de Outubro, da Revolução Chinesa, Revolução Cubana, entre outros). Naturalmente, a esquerda de todo o mundo celebrava (ao mesmo tempo que mistificam) os anos 1960, entendendo que o socialismo seria possível e para breve, mantendo a utopia da qual não terminara com a derrota política dos estudantes parisienses. A questão que se coloca aqui como fundamental: teriam todos esses discursos sobre o socialismo em um único sentido, assim como observam os vários esquerdistas? Seria esse discurso diferente em cada lugar? Como perceber o socialismo africano, se é que assim o pode ser dito, nesse amplo e contraditório sentido? No caso, pensando sobre o (s) socialismo (s) africano(s), como entender que, através de discursos de Amílcar Cabral e do PAIGC, de Agostinho Neto e do MPLA, e ainda de Eduardo Mondlane e da FRELIMO, emerge uma concepção diferenciada do socialismo como concebido na Europa?

## **Bibliografia**

ALMADA, Pablo. **A Árvore de Maio: A Resistência Estudantil e sua atualidade** (Brasil e Portugal). Tese de Doutorado. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2015.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

BEBIANO, Rui. “A esquerda e a oposição a Guerra Colonial”. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). **A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

- CABRAL Amílcar. **Textos Políticos**. Porto: CEC, 1974
- CANOTILHO, Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 1999.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princerton: Princeton University Press and Oxford, 2000.
- CHE GUEVARA, Ernesto. “Crear dos, tres... muchos vietnãs es la consigna”. In: CHE GUEVARA, Ernesto. **Obras Completas**. Buenos Aires: Macla, 1997.
- CLEMENTE, M. Duran. **Capitães/MFA – A conspiração na Guiné**. Arquivo de Textos – documentos importantes sobre o 25 de Abril. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2005. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th19>, Acesso em: 21.03.2019.
- ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividade e práticas de classe no operariado do calçado**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- GOLIAS, J. Sales. **A descolonização da Guiné-Bissau**. Arquivo de Textos-documentos importantes sobre o 25 de Abril. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2005. Em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th6>, Acesso em: 21.03.2019.
- LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: FE/ UNICAMP, 2011.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARWICK, Arthur. **The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States (1958-1974)**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS. **Plano de Acção Política, Documento de Informação**, N°3, 10 de Setembro de 1975.
- MUDIMBE, Vladimir. **The Idea of Africa**. London: James Currey, 1994.
- ROBINSON, Peter. “Portugal 1974-1975: Popular Power”. In Barker, Colin (Ed.) **Revolutionary Rehearsals**. Chicago: Haymarket Books, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 - 1988)**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

\_\_\_\_\_. Santos, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. Porto: Afrontamento, 1994.

\_\_\_\_\_. “O Estado Heterogêneo e o pluralismo jurídico”. In: Santos, Boaventura de Sousa. **Conflito e Transformação Social: Uma paisagem de Justiças em Moçambique**. Porto, Afrontamento, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism – An Historical Introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

\_\_\_\_\_. Che and the Return to the Tricontinental. Paper submitted to Conference on “Karl Marx's Legacy and Challenges for the 21st Century”. Cuba Siglo XXI, 2003. Disponível em: [http://www.nodo50.org/cubasisgloXXI/congreso/young\\_15abr03.pdf](http://www.nodo50.org/cubasisgloXXI/congreso/young_15abr03.pdf). Acesso em: 21.03.2019.